

Como se defender da acusação de crimes tributários: dicas e estratégias

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | julho 7, 2024



Crimes tributários são aqueles cometidos contra a ordem tributária e econômica do país, como sonegação fiscal, fraude em declarações, falsificação de documentos e outras práticas ilegais. Quando acusado de um crime tributário, é importante saber como se defender para evitar consequências graves, como multas pesadas, prisão e até mesmo a perda de bens. Neste artigo, serão apresentadas algumas estratégias e direitos do acusado para ajudar na defesa contra acusações de crimes tributários.

Uma das primeiras coisas que o acusado deve fazer é entender os crimes tributários e seus elementos. Isso inclui saber quais são as leis tributárias aplicáveis, como elas funcionam e quais são as penalidades associadas. Além disso, é importante conhecer seus direitos e garantias como acusado, incluindo o direito ao contraditório, ampla defesa e presunção de inocência. Com esse conhecimento, o acusado pode começar a desenvolver sua estratégia de defesa.

Outra etapa importante na defesa contra acusações de crimes tributários é a coleta de documentação e provas que possam ajudar a comprovar sua inocência. Isso inclui documentos fiscais, comprovantes de pagamento, registros contábeis e qualquer outra evidência que possa ser útil para a defesa. Além disso, é possível negociar acordos com o Ministério Público para reduzir as penalidades ou até mesmo evitar a condenação. Com uma boa estratégia de defesa, o acusado pode aumentar suas chances de sucesso no processo judicial.

Principais pontos

- Entender os crimes tributários e seus elementos é fundamental para desenvolver uma estratégia de defesa eficaz.
- Coletar documentação e provas que possam comprovar a inocência do acusado é uma etapa importante na defesa contra acusações de crimes tributários.
- Negociar acordos com o Ministério Público pode ajudar a reduzir as penalidades ou evitar a condenação.

Entendendo os Crimes Tributários

Definição e Tipificação

Os crimes tributários são aqueles que violam as leis fiscais e tributárias. Eles podem ser cometidos por pessoas físicas ou

jurídicas e podem incluir a sonegação de impostos, a falsificação de documentos fiscais, a omissão de informações relevantes nas declarações fiscais e a utilização de informações falsas para obter benefícios fiscais.

No Brasil, a legislação tributária define os crimes tributários e estabelece as penalidades para aqueles que os cometem. Os crimes tributários são tipificados em diferentes leis, como a Lei de Crimes Fiscais, a Lei de Lavagem de Dinheiro e a Lei de Sonegação Fiscal.

Exemplos Práticos

Um exemplo de crime tributário é a omissão de informações relevantes nas declarações fiscais. Por exemplo, se uma empresa não informar corretamente o valor de suas receitas, ela estará cometendo um crime tributário. Outro exemplo é a falsificação de documentos fiscais, como notas fiscais, para evitar o pagamento de impostos.

Além disso, a utilização de informações falsas para obter benefícios fiscais também é considerada um crime tributário. Por exemplo, se uma empresa apresenta informações falsas em sua declaração de imposto de renda para obter uma dedução fiscal, ela estará cometendo um crime tributário.

É importante lembrar que os crimes tributários são considerados crimes contra a ordem tributária e podem resultar em penalidades severas, como multas e prisão. Por isso, é essencial que as pessoas e empresas estejam cientes das leis tributárias e evitem qualquer tipo de violação.

Direitos e Garantias do Acusado



Princípio da Presunção de Inocência

O princípio da presunção de inocência é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988. Ele estabelece que toda pessoa acusada de um crime é considerada inocente até que se prove o contrário, ou seja, até que haja uma sentença condenatória transitada em julgado.

Isso significa que o ônus da prova cabe ao Ministério Público ou à autoridade que acusa o indivíduo, e não ao acusado. Portanto, é importante lembrar que a pessoa acusada não precisa provar sua inocência, mas sim a acusação precisa provar sua culpa.

Assistência Jurídica

Outro direito fundamental do acusado é a assistência jurídica gratuita, garantida pela Constituição Federal e pela Lei nº 1.060/1950. Isso significa que toda pessoa que não possuir recursos financeiros para custear um advogado tem o direito de ser assistida por um defensor público ou por um advogado dativo, nomeado pelo juiz.

Além disso, é importante destacar que o advogado é um profissional indispensável à administração da justiça, conforme estabelecido pelo artigo 133 da Constituição Federal. Ele tem como função garantir que o acusado tenha um julgamento justo e imparcial, além de assegurar que seus direitos sejam respeitados durante todo o processo penal.

Portanto, caso seja acusado de um crime tributário, é fundamental que o indivíduo busque imediatamente a assistência de um advogado especializado na área, a fim de garantir seus direitos e garantias constitucionais.

Estratégias de Defesa

Análise de Procedimentos Fiscais

Uma das estratégias mais comuns para se defender de acusações de crimes tributários é a análise minuciosa dos procedimentos fiscais. É importante verificar se todas as etapas foram cumpridas de acordo com as normas legais. Caso seja identificada alguma irregularidade, é possível questionar a validade das provas obtidas e, conseqüentemente, a acusação.

Arguição de Nulidades

Outra estratégia possível é a arguição de nulidades. Isso significa questionar a validade de determinados atos processuais, como a falta de intimação ou a ausência de fundamentação em uma decisão judicial. Caso seja comprovada a nulidade, a acusação pode ser anulada ou até mesmo arquivada.

Tese de Exclusão de Culpaabilidade

Por fim, uma terceira estratégia é a tese de exclusão de culpaabilidade. Nesse caso, o acusado argumenta que não teve a intenção de cometer o crime tributário ou que não tinha conhecimento da irregularidade. Para isso, é necessário

demonstrar que houve ausência de dolo ou culpa por parte do acusado.

É importante ressaltar que as estratégias de defesa devem ser elaboradas de forma personalizada, levando em consideração as particularidades de cada caso. Além disso, é fundamental contar com o auxílio de um advogado especializado em direito tributário para garantir uma defesa eficaz.

Documentação e Provas



Gestão de Documentos Fiscais

A gestão adequada de documentos fiscais é essencial para se defender de acusações de crimes tributários. É importante manter todos os documentos fiscais organizados e atualizados, incluindo notas fiscais, recibos, guias de recolhimento de impostos e comprovantes de pagamento.

Para facilitar a gestão de documentos fiscais, é recomendável utilizar softwares de gestão fiscal, que permitem armazenar e gerenciar de maneira eletrônica todos os documentos fiscais da

empresa.

Coleta e Preservação de Provas

A coleta e preservação de provas é fundamental para a defesa em casos de crimes tributários. É importante coletar todas as provas que possam ser relevantes para a defesa, como documentos fiscais, contratos, notas fiscais, recibos, guias de recolhimento de impostos, comprovantes de pagamento, entre outros.

Além disso, é essencial preservar as provas coletadas de forma adequada, garantindo sua integridade e autenticidade. Para isso, é recomendável utilizar técnicas de preservação de evidências, como a digitalização de documentos, a utilização de selos de autenticidade e a guarda em locais seguros e controlados.

Negociação e Acordos

Acordos de Leniência

Os Acordos de Leniência são uma forma de colaboração premiada que permite a redução ou isenção de pena para empresas ou indivíduos que colaborarem com as autoridades em investigações de crimes contra a ordem tributária. Em troca da colaboração, a empresa ou indivíduo pode ter a pena reduzida em até 2/3 ou até mesmo ser isento de pena.

Para fazer um acordo de leniência, é necessário que a empresa ou indivíduo admita a prática do crime e colabore com as autoridades, fornecendo informações e provas que ajudem nas investigações. Além disso, é necessário que a empresa ou indivíduo se comprometa a adotar medidas para evitar a prática de novos crimes.

Transação Tributária

A Transação Tributária é outra forma de negociação que permite a regularização de dívidas tributárias com descontos e parcelamentos especiais. A transação pode ser feita tanto com a Receita Federal quanto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Para fazer uma transação tributária, é necessário que a empresa ou indivíduo apresente uma proposta de pagamento da dívida, com descontos e parcelamentos especiais. A proposta será avaliada pelas autoridades e, se aceita, a dívida será regularizada de acordo com as condições estabelecidas na proposta.

Em resumo, tanto os Acordos de Leniência quanto as Transações Tributárias são formas de negociação que podem ajudar empresas e indivíduos a se defenderem de acusações de crimes tributários. No entanto, é importante lembrar que essas formas de negociação devem ser feitas com cautela e sempre com a ajuda de um advogado especializado em direito tributário.

Atuação no Processo Judicial

Fases do Processo

Durante o processo judicial de crimes tributários, há diversas fases que devem ser cumpridas. A primeira delas é a fase de investigação, na qual são coletadas provas e evidências que possam embasar a acusação. Em seguida, há a fase de denúncia, na qual o Ministério Público apresenta a acusação formal ao juiz.

Após a denúncia, há a fase de instrução, na qual as partes apresentam suas provas e depoimentos são colhidos. Em seguida, há a fase de alegações finais, na qual as partes apresentam suas argumentações finais. Por fim, há a fase de sentença, na qual o juiz decide se o réu é culpado ou inocente.

Recursos e Apelações

Caso o réu seja condenado, é possível recorrer da decisão. O primeiro recurso é o de apelação, que é apresentado ao Tribunal de Justiça. Caso a apelação seja negada, é possível apresentar um recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.

Além disso, é possível apresentar um recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, desde que sejam preenchidos os requisitos legais para tal. É importante ressaltar que os recursos devem ser apresentados dentro do prazo legal e fundamentados de forma clara e objetiva.

Em resumo, a atuação no processo judicial de crimes tributários requer conhecimento técnico e estratégico para garantir a melhor defesa possível ao réu. É importante seguir as fases do processo e apresentar os recursos cabíveis dentro do prazo legal.

Consequências da Acusação

Impactos Administrativos

A acusação de crimes tributários pode gerar diversas consequências administrativas. Uma delas é a impossibilidade de obter certidões negativas de débito, o que pode impedir a empresa de participar de licitações ou de realizar operações de crédito. Além disso, a empresa pode ser incluída no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), o que pode afetar sua reputação no mercado.

Outra consequência é a aplicação de multas e juros sobre o valor devido, o que pode aumentar consideravelmente o montante a ser pago. Além disso, a empresa pode ser obrigada a recolher os tributos em atraso, o que pode comprometer sua saúde financeira.

Repercussões Penais

A acusação de crimes tributários também pode gerar repercussões penais. Dependendo da gravidade do delito, o empresário pode ser condenado a penas que vão desde a prestação de serviços comunitários até a prisão em regime fechado.

Além disso, a empresa pode ser responsabilizada criminalmente, o que pode gerar multas e até mesmo a interdição das atividades. Por isso, é importante que o empresário esteja atento às suas obrigações tributárias e busque sempre a orientação de profissionais especializados para evitar problemas com a Justiça.

Prevenção de Acusações Futuras



Compliance Tributário

Uma forma eficaz de prevenir acusações futuras de crimes tributários é implementar um programa de compliance tributário. Isso envolve a criação de políticas e

procedimentos internos que garantam que a empresa esteja em conformidade com as leis tributárias aplicáveis.

Um programa de compliance tributário bem-sucedido deve incluir a designação de um responsável pela área tributária, a criação de um código de conduta para os funcionários, a realização de treinamentos periódicos e a revisão regular dos processos internos da empresa.

Educação Continuada

Outra forma de prevenir acusações futuras é por meio da educação continuada. A legislação tributária está em constante mudança, e é importante que os profissionais da área estejam atualizados sobre as novas regras e regulamentações.

Os funcionários da empresa devem ser incentivados a participar de cursos e treinamentos para se manterem atualizados sobre as mudanças na legislação tributária. Além disso, é importante que a empresa tenha um programa de treinamento interno para garantir que todos os funcionários estejam cientes das políticas e procedimentos internos relacionados à tributação.

Ao implementar essas medidas preventivas, a empresa pode reduzir significativamente o risco de acusações futuras de crimes tributários.

Perguntas Frequentes

Quais são as penalidades para quem comete crimes contra a ordem tributária?

Quem comete crimes contra a ordem tributária pode estar sujeito a diversas penalidades, como multas, prisão e até mesmo a perda do direito de exercer atividades comerciais. As penalidades podem variar de acordo com a gravidade do crime cometido e a legislação aplicável.

Como funciona a defesa preliminar em casos de acusação de crime contra a ordem tributária?

A defesa preliminar é uma das fases do processo penal em que o acusado tem a oportunidade de apresentar sua defesa antes do recebimento da denúncia. Nessa fase, o acusado pode apresentar documentos e argumentos que possam comprovar sua inocência ou minimizar a gravidade da acusação.

Quais teses de defesa podem ser utilizadas em acusações de crimes tributários?

Existem diversas teses de defesa que podem ser utilizadas em casos de acusação de crimes tributários, como a ausência de dolo, a inexistência do fato, a prescrição, a atipicidade da conduta, entre outras. A escolha da tese de defesa mais adequada dependerá das circunstâncias do caso e da análise da legislação aplicável.

De que forma a Lei 8.137/90 é aplicada em casos de crimes tributários?

A Lei 8.137/90 é a legislação que define os crimes contra a ordem tributária e estabelece as penalidades aplicáveis. Essa lei é aplicada em casos de sonegação fiscal, fraude fiscal, falsificação de documentos fiscais, entre outros crimes relacionados à arrecadação de tributos.

Como se caracteriza o dolo em crimes contra a ordem tributária?

O dolo é caracterizado pela vontade consciente e livre de cometer o crime. Em casos de crimes contra a ordem tributária, o dolo pode ser caracterizado pela intenção de sonegar

impostos, fraudar a fiscalização ou falsificar documentos fiscais. A ausência de dolo pode ser uma tese de defesa utilizada pelo acusado.

Quem são os responsáveis legais em casos de sonegação fiscal?

Em casos de sonegação fiscal, os responsáveis legais são as pessoas físicas ou jurídicas que deixam de pagar os tributos devidos ou que prestam informações falsas à fiscalização. Além disso, os contadores e demais profissionais que participam da elaboração das declarações fiscais também podem ser responsabilizados em caso de irregularidades.